



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO**

GABRIEL VICTOR MALTEZ PIMENTEL DE JESUS

**DITADURA MILITAR BRASILEIRA: entre o negacionismo histórico e
o flerte da sociedade brasileira com o autoritarismo.**

**SALVADOR
2020**

GABRIEL VICTOR MALTEZ PIMENTEL DE JESUS

DITADURA MILITAR BRASILEIRA: entre o negacionismo histórico e o flerte da sociedade brasileira com o autoritarismo.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Érica Rios de Carvalho.

**SALVADOR
2020**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer à minha família que sempre empreendeu esforços inimagináveis para que eu pudesse me manter firme no caminho da educação. Em especial, meu agradecimento à minha mãe, Rosangela Maltez e ao meu pai, Juarez Silva, só nós sabemos do sacrifício que fizemos para chegar até aqui e eu ainda vou ser motivo de muito orgulho para vocês.

Ter conseguido acessar o Ensino Superior sendo um jovem preto suburbano já é motivo de orgulho para mim, porém, ter me mantido firme apesar das adversidades e conseguir chegar ao fim desse ciclo me orgulha ainda mais e aqui estendo meus agradecimentos aos amigos que fiz nessa jornada e sem os quais talvez não tivesse conseguido, em especial Urania Miranda, Joselúcia Ambrozi e Márcia Silva por terem me acolhido lá no comecinho; à Mizia Duarte, Guilherme Oliveira, Rayssa Bittencourt e Táclida França por fazerem parte (junto comigo) do melhor grupo de trabalhos que essa faculdade já viu; à Alex Vandiego e Emanuela Barbosa por serem referências para mim e me encorajarem sempre.

Sou extremamente grato também aos meus amigos que – ainda que não tenham me acompanhado no curso de Direito – são pessoas de importância imensurável na minha vida e na confecção deste trabalho. Meu muito obrigado à Natasha Reis e Maine Vieira por serem as minhas maiores referências femininas e essenciais no meu processo de desconstrução contínuo; à Andressa Borges e Laura Sthéfane por todo o incentivo, conselhos e carinho que vocês sempre me dão. Agradeço a todos os meus amigos que – em meio às minhas crises de ansiedade e bloqueios de escrita – foram meus refúgios. Eu amo muito vocês.

Meu muito obrigado à minha professora e orientadora Érica Rios, pessoa que me abriu os olhos para o universo empolgante da pesquisa. À época em que ouvia diariamente os elogios feitos por Alex e Mizia, nunca iria imaginar o quão gratificante é poder trabalhar com você. Foi a melhor escolha de orientação que eu poderia ter feito.

Em um ano de tantas mazelas e tristezas, posso gritar aos quatro ventos que eu estou vencendo. Mais um preto contrariando as estatísticas. Vamos juntos e “peguemos de volta o que nos foi tirado, mano, ou você faz isso ou seria em vão o que os nossos ancestrais teriam sangrado”. Só gratidão!

DITADURA MILITAR BRASILEIRA: entre o negacionismo histórico e o flerte da sociedade brasileira com o autoritarismo.

Gabriel Victor Maltez Pimentel de Jesus¹

Érica Rios de Carvalho²

RESUMO: Esta pesquisa tem como pretensão discutir o que é, como emerge e quais as características do revisionismo histórico em relação ao período da ditadura militar brasileira. O objetivo geral é examinar em que tipo de cenário socioeconômico emerge o discurso revisionista histórico sobre o regime militar. Para tanto, são adotados, enquanto objetivos específicos: (i) descrever o discurso revisionista histórico a partir de amostras da rede social Facebook e; (ii) discutir o revisionismo histórico a partir da sua inserção contextual socioeconômica. Como metodologia, utilizam-se revisão bibliográfica e análise documental. Adota-se um recorte temporal entre 2014-2020 para colheita de amostras na rede social Facebook, período que compreende o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e a ascensão do presidente Jair Bolsonaro. Os resultados finais demonstraram suas inspirações e como os discursos negacionistas sobreviveram até o ano de 2020, ademais, foi evidenciado como tais discursos, embora não encontrem coro na maioria da sociedade, são fortes o suficiente para ultrapassar a barreira das redes sociais, tomarem as ruas e até mesmo eleger simpatizantes negacionistas.

Palavras-Chave: Revisionismo Histórico, Ditadura Militar, *Facebook*.

ABSTRACT: this research aims to expose what is, how to emerge and what are the characteristics of historical revisionism in relation to the period of the Brazilian military dictatorship. It started from the general objective of examining in what kind of socioeconomic scenario the historical revisionist discourse on the military regime emerges. For that, it was adopted as specific objectives, (i) describing the historical revisionist discourse from the social network Facebook; and (ii) discussing historical revisionism based on its contextual socioeconomic insertion. As methodology, bibliographic review and document analysis were used. The time frame between 2014-2020 was adopted for harvesting data from the social network Facebook, a period that includes the fall of President Dilma Rousseff and the rise of President Jair Bolsonaro. The final results demonstrated their inspirations and how the negationist speeches survived until the year 2020, in addition, it was evidenced how such speeches, although they do not find a chorus in most of society, are strong enough to overcome the social barrier, take to the streets and even elect negative supporters.

Keywords: Historical Revisionism, Military dictatorship, Facebook.

¹ Estudante de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Membro do Núcleo de Pesquisa Conflitos, Estados e Direitos Humanos (NP CEDH). Email: gabrielv.jesus@ucsal.edu.br.

² Orientadora. Professora de Direito da UCSal. Especialista em Direito Privado (CEJUS), Mestre e Doutora em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal). Bolsita FAPESB. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Conflitos, Estados e Direitos Humanos (NP CEDH). Email: erica.carvalho@pro.ucsal.br.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	06
2. A APARÊNCIA, CONTEÚDO E INSPIRAÇÕES DO DISCURSO NEGACIONISTA HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR NO FACEBOOK.....	09
3. O REVISIONISMO HISTÓRICO A PARTIR DA SUA INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA: A SOBREVIVÊNCIA	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, houve uma ascensão de governos de direita por todo o mundo. Este não é um fenômeno novo. Em 2002, na França, houve a vitória de Jean-Marie Le Pen, um ultradireitista, desbancando Lionel Jospin do partido socialista. No mesmo ano, Viktor Orbán, ainda hoje líder de um partido nacional-conservador, já era primeiro ministro da Hungria. No cenário político sul-americano, existiram exemplos de direitistas chegando ao poder com Mauricio Macri, na Argentina, em 2015, Sebastián Piñera, exercendo atualmente seu segundo mandato como presidente do Chile, Mario Abdo, atual presidente do Paraguai e Iván Duque que também exerce mandato atualmente na Colômbia.

Na América Latina, junto com o fenômeno da ascensão das direitas, veio uma onda revisionista quanto ao período das ditaduras da região. Sobre revisionismo histórico, geralmente atrelado ao holocausto judaico, é conceituado por Soutelo (2009, p.107) como a “desconsideração de processos e especificidades históricos de modo a confirmar posicionamentos ideológicos de seus autores”. A ideia de revisionismo é relacionada por Soutelo (2009) ao conceito de Harvey (1989) sobre pós-modernismo, que, por sua vez, é conceituado como abandono de todo o sentido de continuidade e memória histórica.

O Brasil não se apresenta como uma exceção nem a ascensão das direitas, tampouco ao fortalecimento do revisionismo histórico. Em 2018, foi eleito como presidente o ultradireitista Jair Messias Bolsonaro, com um discurso revisionista que afirma não ter havido supressão de direitos fundamentais nos 21 anos de ditadura militar brasileira ou que, se houve, foi um mal necessário no combate à instauração do comunismo e de fortalecimento da democracia no país.

A ditadura militar brasileira foi um período de 21 anos, compreendidos entre 1964 e 1985, que ficou marcado pela supressão de liberdades individuais, suspensão de eleições e da liberdade de imprensa, cassações e prisões de opositores, tortura e diversas mortes. Os Atos Institucionais – diplomas legais baixados pelo poder executivo que se colocavam acima da Constituição Federal – tratavam de legitimar o uso da força pelos militares. (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p.1-7)

O Ato Institucional nº 1 (AI-1)³ dava ao governo o poder de cassar mandatos de autoridades eleitas (inclusive parlamentares), de suspender os direitos políticos de

³ Ato Institucional nº 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm> Acesso em 13 nov. 2020.

qualquer cidadão por 10 anos, permitia ao Poder Executivo legislar por decretos-leis, tudo isso com o intuito de concentrar o poder na mão dos militares.

Neste período, o Poder Judiciário ainda possuía autonomia, razão pela qual não havia ainda um absoluto controle do Executivo. Exemplo disso foi a soltura de Carlos Marighela, um dos principais opositores dos militares, um ano após ter sido preso pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

Isto mudou após a derrota política dos militares em 1966 nas eleições estaduais, foi editado o AI-2 que aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de onze para dezesseis, extinguiu partidos políticos (fenômeno que tornou a estrutura política brasileira bipartidária) e marcou a definição de eleições presidenciais indiretas. No mesmo ano, foi editado o AI-3 que tornou as eleições para governadores também indiretas.

E, por fim, veio o Ato Institucional nº 5 que deu início aos chamados “anos de chumbo”. Este ato tratou de quebrar a legalidade antes imposta pelos próprios militares ao dar poderes quase ilimitados ao presidente da república, suspender *habeas corpus* em crimes contra segurança nacional e crimes políticos, também determinava que os julgamentos de crimes políticos seriam realizados em tribunais militares. Passou a ser possível, ainda, ao chefe do executivo nacional demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos legislativos e cassar ministros do Supremo Tribunal Federal. Também passaram a ser permitidas prisões sem autorização judicial em que aos detentos não era dado nem mesmo o direito de contatar a família e/ou advogados, muitos destes se tornaram desaparecidos políticos e seus corpos nunca foram encontrados.

Mesmo com todas essas ofensas a direitos que hoje estão consolidados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o discurso negacionista persiste no Brasil e, em reiteradas oportunidades, há manifestações que pedem o retorno dos militares ao poder e o fechamento do Congresso Nacional e também do Supremo Tribunal Federal (STF)⁴. Discurso negacionista este que tem sido referendado por diversas autoridades dos poderes Legislativo e Executivo, a exemplo do ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, que definiu o golpe de 64 como “regime

⁴ Atos contra o STF e Congresso. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ato-pro-bolsonaro-em-brasilia-tem-carreata-e-xingamentos-a-moro-stf-e-congresso.shtml>> Acesso em 13 nov. 2020.

democrático de força⁵” revelando, inclusive, a ideia de realizar uma mudança na abordagem do assunto nos livros didáticos por acreditar que a atual não é verídica.

A presente pesquisa parte então da seguinte pergunta: em que tipo de cenário socioeconômico emerge o discurso revisionista histórico sobre a ditadura militar brasileira? Tendo como objetivo geral responder esse questionamento, delineiam-se como objetivos específicos: (i) descrever o discurso revisionista histórico sobre a ditadura militar brasileira entre 2014-2020 (período que compreende a queda de Dilma Rousseff e a ascensão de Jair Bolsonaro) a partir de amostras do Facebook; (ii) discutir o revisionismo histórico a partir da sua inserção contextual socioeconômica.

A metodologia que utilizada para atender os objetivos específicos apresentados é de revisão bibliográfica e análise documental. Tais análises serão desenvolvidas a partir da legislação pátria e de *prints* de comentários de perfis brasileiros feitos em publicações de notícias veiculadas na rede social *Facebook*.

⁵ Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em 20 out. 2020.

2. A APARÊNCIA, CONTEÚDO E INSPIRAÇÕES DO DISCURSO NEGACIONISTA HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR NO FACEBOOK.

É comum que, em debates que envolvem o assunto revisionismo histórico, exista um teor negativo atrelado a este conceito. Isto é, muitas vezes enxerga-se revisionismo como sinônimo de contar o passado de uma forma ficcional. Contudo, a história não é precisa, contínua, nem deve ser mantida guardada de forma rígida e imutável. Pelo contrário, a história é cíclica, mutável e, nas palavras de Eric Foner (2002, p. 19), não pertence a ninguém.

Em sendo assim, em que pese a comum carga valorativa negativa atrelada ao revisionismo, (NAPOLITANO, 2019) explica que o trabalho do historiador é justamente revisar, problematizar e complementar interpretações da historiografia anterior à luz de novas fontes. O problema se apresenta quando ocorre o que ele chama de revisionismo ideológico que, por sua vez, seria basicamente o que Soutelo (2009, p.107) chamou de “desconsideração de processos e especificidades históricos” com objetivo de confirmar posicionamentos ideológicos.

Exemplo de um trabalho de revisionismo histórico sério, segundo Napolitano (2019), pode ser apontado na ideia de que houve participação popular no processo do golpe realizado pelos militares, vez que a historiografia anterior afirmava que o regime ocorreu sem interferência da sociedade.

Contudo, por mais ideológico que seja, o revisionismo ainda dialoga com evidências e isso o diferencia do negacionismo histórico que as nega (NAPOLITANO, 2019). Observa-se um exemplo de negacionismo quando da afirmação de que não houve tortura em 1964, vez que essa afirmação nega evidências testemunhais e documentais sistematizadas pela Comissão Nacional da Verdade, o que será abordado mais adiante.

Com efeito, em todo o mundo, surgiram diversas teses negacionistas que foram sendo disseminadas no senso comum. Exemplo disso são afirmações negando o holocausto, atribuindo o nazismo à esquerda, minimizando violências e heranças da escravidão africana e – como é objeto desta pesquisa - a reconfiguração de forma negacionista do período da ditadura militar brasileira.

Falando sobre os negacionismos históricos sobre a ditadura militar, há três discursos que são observados como os mais comuns: (i) afirmação de que o que

ocorreu em 1964 não foi um golpe militar; (ii) afirmação de que não houve uma ditadura; e (iii) negação das práticas de tortura (NAPOLITANO, 2019). Para expor os motivos pelos quais essas três afirmações são negacionistas é necessário destacar o conceito de golpe e de ditadura. Sobre golpe, conceito do século XVII, Napolitano (2019) destaca que ocorre quando um grupo abrigado no Estado derruba uma ordem política ou um governante legítimo. Ou seja, não é possível afirmar que não houve golpe, vez que houve o encerramento do governo do presidente democraticamente eleito, João Goulart. Sobre a existência de ditadura, foi um regime autoritário com base numa normatividade jurídica que aumentou o poder discricionário do presidente da república (NAPOLITANO, 2019). Essa afirmação também esbarra em evidências vez que, da análise dos Atos Institucionais expostos anteriormente, é possível observar que esse aumento do poder discricionário do presidente caracterizou a supremacia do poder executivo que suprimiu e restringiu direitos individuais. Por último, a negação de que houve tortura não se sustenta porque há evidências concretas dessas práticas, como será exposto no próximo capítulo.

Além dessas três afirmações negacionistas. Outros discursos revisionistas sobre a ditadura militar se confundem com os próprios discursos que serviram de base para a instituição do golpe. Isto porque os favoráveis à autodenominada “Revolução Redentora” afirmavam que João Goulart, na época presidente do Brasil, era uma “ameaça de socialista” (DELGADO, 2009, p.12). Nesse sentido, os militares tomaram o poder sob a justificativa de que estavam salvando o país de uma ameaça comunista.

Esse discurso revisionista se coaduna com uma corrente de extrema-direita ainda nos dias de hoje. Veja-se, nesse sentido, que o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, determinou que os militares comemorassem o golpe militar de 1964 e seu porta-voz justificou que ele não considera que houve um golpe, e sim uma reação apoiada pela sociedade contra o comunismo⁶. Sob essa fala, Fausto afirma:

Nós estávamos em plena Guerra Fria, existia Cuba com a vitória de uma revolução que seguiu para um certo tipo, digamos, de socialismo autoritário. Então, é nesse contexto que a gente pode entender a preocupação de setores militares. Ameaça imediata de implantação de um regime comunista não havia. O que havia era uma situação de divisão do país, de uma radicalização às vezes efetiva, às vezes mais verbal do que efetiva. (FAUSTO, 2019).

⁶ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-determina-que-militares-celebrem-golpe-de-64-23549592>. Acesso em 02 out. 2020.

É nesse contexto de fortalecimento do discurso revisionista que se inserem as redes sociais. Elas são importantes vias de expressão de discursos, sendo possível, através delas, verificar e refletir sobre parte das opiniões da sociedade brasileira.

O relatório “Digital in 2020”, realizado pelo *We Are Social* e *Hootsuite*, aponta o tempo que os brasileiros passam *online* e quais os aplicativos acessados. De acordo com o relatório, existem 140 milhões de usuários de redes sociais ativos e estes passam em média 9h17min diariamente na internet. Tais dados podem ser analisados em conjunto com o relatório anual do “*We Are Social*” em 2018 que concluiu que naquele ano as redes sociais mais utilizadas foram o *Youtube*, o *Facebook* e o *WhatsApp*.

Novas mídias são sempre objetos de cobiça por figuras políticas. O rádio, por exemplo, foi ferramenta fundamental na Era Vargas, quando Getúlio tornou esta mídia um meio de comunicação em massa para que seu discurso atingisse várias camadas da sociedade. Nesse ponto:

O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional [...] O importante não era exatamente o que era passado e sim, como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. (LENHARO, 1986, p. 42)

Atualmente, as redes sociais parecem ser as novas mídias protagonistas, desempenhando relevante papel nas disputas políticas da última década, principalmente a partir da eleição de Barack Obama em 2008. Nesse sentido:

Dez anos antes de Bolsonaro, em 2008, os Estados Unidos experimentaram uma campanha eleitoral que mudou os rumos de como se fazia política até então. Barack Obama, senador emergente, que nas primárias derrotou Hillary Clinton pela indicação do Partido Democrata, tornou-se o símbolo de uma comunicação baseada na internet, nas redes sociais e no engajamento com os eleitores. A virada de Obama sobre Clinton na disputa da candidatura foi apontada pelo cientista político Michael Cornfield como a maior reviravolta na história das primárias presidenciais do país. (PACHECO, 2019, p. 02)

Em 2018, enquanto candidatos à presidência como Geraldo Alckmin e Fernando Haddad, que tiveram, respectivamente, 46% e 20% de tempo de TV, foram derrotados nas urnas, Jair Bolsonaro, que teve apenas 0,5% do tempo de TV, foi eleito. O carro chefe da sua campanha foram as redes sociais. Através de *lives* no *Facebook* e *Instagram*, obteve um engajamento de mais de 40 milhões de pessoas (LIMA e VOLPATTI, 2018).

É nesse aspecto que se faz necessária uma análise sobre os discursos e opiniões que são emitidas diariamente nessas mídias, visto que elas podem servir como termômetro para entender o pensamento atual da sociedade brasileira.

Todavia, antes de analisar o teor dos discursos proferidos na rede social Facebook, faz-se necessário realizar uma contextualização de como o discurso revisionista que se apresenta atualmente possui uma forte semelhança com o discurso a favor da ditadura em 1964. Ato contínuo, é importante destacar também como o movimento retórico de justificação do golpe possui raízes na década de 1930, no conceito de Integralismo. Esse processo histórico expressa que a sociedade brasileira possui participação ativa na legitimação de seus regimes autoritários.

A exemplo dessa legitimação discursiva, vale lembrar que Miguel Reale, criador da Teoria Tridimensional do Direito, é costumeiramente referendado como um dos mais importantes juristas da história do Brasil. Sua obra é frequentemente desassociada de um marco na sua vida: sua participação ativa na legitimação jurídica do Golpe de 1964.

O discurso de fundamentação da ditadura não consistia, portanto, somente nas palavras de ordem dos militares, mas havia um movimento de justificação acadêmica do golpe. Os juristas da ditadura tiveram o importante papel de construção teórica e política da legitimidade do regime. São exemplos a obra *O Estado Nacional* de Francisco Campos, em que se construíram as bases ideológicas da política do Estado Novo, agora revitalizadas no contexto da ditadura de 1964; no esforço teórico de legitimação da nova ordem política que Carlos Medeiros Silva empreende nos textos *Observações sobre o Ato Institucional e Seis Meses de Aplicação do Ato Institucional* e, como se estudará mais a fundo neste trabalho, nos *Imperativos da Revolução de Março*, de Miguel Reale. (BENVINDO e DE CARVALHO, 2017, p. 117)

Não obstante a existência de outros juristas na legitimação do golpe militar, não é por acaso a citação de Miguel Reale neste trabalho. É que outra característica importante da vida de Reale se esconde atrás da aclamação das suas produções enquanto jurista: a sua participação na Ação Integralista Brasileira (AIB).

O integralismo, movimento político fundado por Plínio Salgado em 1932, ultranacionalista, mas com forte influência das ideias do Fascismo de Benito Mussolini, idealizava a construção de um Estado forte, invocando valores como autoritarismo (na ideia de um governo forte), exaltação do conceito de nação e oposição ao comunismo (BENVINDO e DE CARVALHO, 2017, p.125).

Em um discurso que possui uma aparente montagem de convocação ao integralismo, afirma Reale:

Se alhures, grandes revoluções se fizeram sem programa inicial determinado, a nossa deve começar, ao contrário, revelando um rumo. A grandeza do Integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da Nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da Terra e de nós mesmos. É o imperialismo dentro das fronteiras. A tensão espiritual que há de dar ao mundo um tipo novo de civilização, a civilização tropical, cheia de delicadeza e de espiritualidade cristã. (REALE, 1983, p. 168)

Sobre o discurso de Reale, dois pontos são dignos de destaque, a ideia de “tipo novo de civilização cheia de espiritualidade cristã” e a ideia de retomada do ideal de nação que, de acordo com Benvindo e De Carvalho (2017, p.127), refere-se a reconquista de ideais, supostamente, desfigurados pelas forças políticas governantes. Esses dois pontos se assemelham muito a bases centrais da ditadura militar.

O primeiro remete ao discurso comum da extrema-direita, de se aproximar da religiosidade cristã. Isso foi feito em 1964 e continua sendo feito em 2020. O segundo traz relação com a eleição de um inimigo comum - no caso da ditadura militar, esse inimigo era o comunismo, ainda hoje apontado como algo a ser combatido (ainda que esse discurso atualmente possua uma nova roupagem, o que será desenvolvido no capítulo seguinte).

Outro ponto que chama atenção é o lema do integralismo “Deus, Pátria e Família” (FAGUNDES, 2011, p.893), que pode ser correlacionado com o atual lema do Poder Executivo Federal “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e também com os comuns discursos do atual presidente em “defesa da família tradicional⁷”. Até aqui está evidenciada, portanto, a forte relação entre o integralismo, o golpe de 1964, que viria mais de 30 anos depois do movimento integralista nascer no Brasil, e a atual conjuntura política brasileira.

Assim, é possível uma reflexão acerca do papel da sociedade brasileira na legitimação dos diversos golpes que remontam a história do Brasil. O golpe militar, por exemplo, obteve apoio de parte da sociedade brasileira, que se aglomerou em movimentações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e outras diversas marchas nos primeiros meses de ditadura (BARBOSA, 2012, p.51).

Em 2014, houve uma nova versão da Marcha da Família⁸, ocasião em que manifestantes gritaram frases como “não queremos eleição, queremos intervenção” e

⁷ Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/08/em-video-bolsonaro-volta-a-defender-familia-tradicional-basta-ler-a-constituicao>> Acesso em 08 de out. 2020.

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html> Acesso em 15 nov. 2020.

um deles afirmou que aquela marcha tinha o objetivo de mostrar insatisfação com a corrupção e “contar a história verídica do país e escondida pelas escolas”, sugerindo que o ensino sobre o período da ditadura militar nas escolas é deturpado.

Nesse sentido da participação ativa da sociedade na legitimação de tais regimes autoritários, Arendt (1989) defendia que a instauração total e completa do regime nazista só foi possível pela existência de um contexto cultural antissemita. Isto é, o discurso nazista não era direcionado tão somente aos simpatizantes, pelo contrário, os nacionalistas eram o público-alvo da mensagem, vez que, com uma cultura antissemita forte e utilizando os judeus como bodes expiatórios, era possível atrair a simpatia de toda a sociedade.

Fenômeno parecido ocorre atualmente nos EUA, na figura do atual presidente Donald Trump, que relaciona os imigrantes com a condição de “párias” e com isso atrai a simpatia de grupos ultranacionalistas e supremacistas, como é o caso dos *Proud Boys*⁹. Nesse sentido:

Seria um erro ainda mais grave esquecer, em face dessa impermanência, que os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes autoritários, enquanto vivos, sempre “comandam e baseiam-se no apoio das massas”. A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas. (ARENDR, 1989, p. 356).

A análise do comportamento das massas feita por Arendt explica basicamente o funcionamento do golpe de 1964 que foi fundado na legalidade e, como já evidenciado, com apoio de parte da sociedade brasileira e também descreve uma característica da sociedade brasileira que - ainda que em determinados momentos de sua história não esteja sob a égide de um regime totalitarista – acaba flertando com o totalitarismo, isso pode ser evidenciado pelas recentes manifestações contra o Congresso Nacional¹⁰ e STF¹¹.

Isso também evidencia a perpetuação de formas de exclusão e marginalização de minorias através da desigualdade social, genocídio da população negra e indígena,

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/proud-boys-conheca-o-grupo-supremacista-que-apoia-donald-trump/> Acesso em 08 out. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/18/bolsonaristas-marcam-novo-ato-contra-congresso-e-stf.ghtml> Acesso em 10 out. 2020

¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/31/protestos-brasilia-31-de-maio.htm> Acesso em 10 out. 2020

homofobia, etc. – eleição de inimigos que a sociedade aceita que sejam excluídos e, até mesmo, exterminados. Dados do Atlas da Violência (2020) revelam que, em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras. Já o relatório mais recente do Grupo Gay da Bahia (2020) revela que houve 329 mortes violentas de LGBTQ+ em 2019. Não é por acaso essa manutenção do *status quo* com características autoritárias, que possui raízes no pensamento integralista da década de 1930.

O *Facebook* é uma mídia social gratuita de compartilhamento instantâneo de fotos, publicações e notícias que visa a interação rápida entre os usuários. A relação dessa rede social com os discursos revisionistas sobre a ditadura militar será discutida através das interações dos usuários com publicações dos grandes jornais, que também estão presentes nessa rede. As interações dos usuários com todas as informações compartilhadas se dão através de comentários e dos “*emoticons*” que foram adicionados à rede em 2016. Trata-se de uma forma de comunicação paralinguística que permite que os usuários expressem seus sentimentos na rede.

Nesse sentido, as emoções são veiculadas através das opções “curtir” (👍), “amei” (❤️), “haha” (😂), “uau” (😱), “triste” (😭), “força” (😬) e “grrr” (😡). A título de exemplo, destaca-se a seguinte publicação do ano de 2016:

FIGURA 1 – Notícia sobre general que criticou o movimento que apoia intervenção militar.



A ditadura só foi ruim para quem não prestava... Fumava maconha em praça pública, assaltavam bancos e quartéis, saqueavam e outras coisas a mais. A maioria desse pessoal hoje em dia se esconde por trás das grandes mídias e demais veículos de informação outros estão na política e alguns mortos. Agora não se pode comparar o presente com o passado... Não apoio a ditadura, sou a favor da democracia, mas tal democracia está sendo tão retrógrada quanto.

Curtir · Responder · 3 a · Editado

322

↳ 94 respostas

San Fregulia a doutrinação é algo complicado. Regime democratico militar melhor epoca, só era castigado perante a lei quem é bandido, maconheiro, traficants. Não sei porque critica tanto com fontes que só foi criada pra distorcer a mente dos leigos. O Brasil após regime militar acabou, ja era somos refem dos bandidos.




Curtir · Responder · 3 a

5

Fonte: Facebook (2017). Disponível em:

<https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/1641067295908080> Acesso em 08 out. 2020.

Na figura 1, vê-se que houve 9,8 mil reações de usuários em relação à notícia.

Entre essas reações, as mais comuns foram o “curtir” () , o “haha” () e o “amei” () . Isso denota que a maioria dos usuários reagiram de forma positiva à fala do general ou a enxergam de forma engraçada, já que ela ridiculariza os pró-intervenção. Contudo, quando se observa os comentários – filtrados a partir da categoria “mais relevantes” –, está presente um discurso revisionista, de que a ditadura só perseguiu pessoas que “não prestavam”.

Dado o exemplo de como funciona o sistema de engajamento do Facebook, parte-se para uma identificação desses discursos através de uma análise em forma de linha do tempo, que vai abarcar os anos de 2014 a 2020, destacando os comentários e fazendo uma relação com as ideias apresentadas anteriormente.

Em 2014, Dilma Rousseff era reeleita presidente do Brasil com 51,64% dos votos válidos. Essa eleição apertada marcou um clima de divisão que se aprofundou na sociedade brasileira nos anos que se seguiram. Outrossim, mesmo com o descontentamento de uma parcela da sociedade que fora derrotada nas urnas, o discurso revisionista em relação à ditadura militar ainda era tímido naquele ano, todavia, já era disseminado nas redes sociais:

FIGURA 2 – Notícia: Clube Militar critica o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

 **O Globo** ✓
10 de dezembro de 2014 · 🌐

General da reserva admitiu que alguns arquivos da ditadura foram destruídos.
<http://glo.bo/1sdAkkU>



OGLOBO.GLOBO.COM
Clube Militar reage: relatório da CNV é 'desperdício de dinheiro público'

👍 2,2 mil 678 comentários 325 compartilhamentos

Comissão Nacional da "verdade": aquela que investiga apenas os militares, que transforma guerrilheiros de FIDEL CASTRO em heróis, que transforma Dilma, Dirceu, genuíno, guerrilheiros do araguaia e companhia em VITIMAS E HERÓIS.

estão reescrevendo a história do país, estão escrevendo a história como se o socialismo fosse a liberdade, o povo.

O futuro vai ser amargo, a esquerda FEDE, são pessoas essencialmente mal caráteres e desonestas.

Curtir · Responder · 5 a

👍 299

Comissão Nacional da Verdade para satisfazer o Ego dos recalçados rancorosos com o nosso dinheiro. Que os Militares não se curvem para esta corja. História criada por mentiras e falcatruas de bandidos que se dizem heróis.

Curtir · Responder · 5 a

👍 14

Militares " LEVAM PAULADAS" sobre isto, já faz tempo. A verdade que GRUPOS DE EX GUERRILHEIROS, arduamente buscam meios para se AUTO PRONUNCIAREM como HERÓIS. E cá entre nós, o QUE ESTES BUSCAVAM REALMENTE na época era IMPLANTAR O COMUNISMO no Brasil.

Curtir · Responder · 5 a

👍 1

Fonte: Facebook (2014). Disponível em:

<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/908476765858670>. Acesso em 08 out. 2020.

FIGURA 3 – Atos por *Impeachment* de Dilma e a favor da intervenção militar.



Mario, Intervenção militar nao é ditadura e nem golpe militar. Estude primeiro qual a diferença entre elas. INTERVENCAO militar é quando os militares assumem o governo por 60 dias (ate que haja novas eleições). E pedir essa intervenção esta assegurado nos nossos direitos.

Curtir · Responder · 5 a

13

Enquanto vcs ficam ridicularizando a manifestação que é legítima, essas pessoas estão lá defendendo a nossa liberdade de expressão. Lutando pelo Brasil. A Pauta do Protesto: liberdade de imprensa, uso político da máquina estatal, apoio a ditaduras por parte do governo do PT e Petrolão, agora se vc concorda com tudo isso...

Curtir · Responder · 5 a · Editado

84

Fonte: Facebook (2014), Disponível em: <https://www.facebook.com/estadao/posts/1054598064555255>. Acesso em 07 de set. 2020.

Dessas publicações de 2014, pode se extrair o teor do discurso revisionista, que aponta uma suposta tentativa da esquerda de reescrever a história. Os revisionistas disseminam que os militares, outrora supostos heróis, são as verdadeiras vítimas, já que estariam sendo perseguidos por atuações como a da Comissão Nacional da Verdade. Também já é possível observar aqui que o discurso revisionista vem

acompanhado de um senso de urgência *pró-impeachment* para frear a corrupção, ou seja, é um discurso que atrela o reforço de valores morais aos militares e os elege como heróis que devem intervir e “salvar” o país das mesmas velhas “ameaças” da esquerda e do comunismo.

FIGURA 4 – O pensamento das crianças da ditadura sobre a intervenção militar.

UOL Notícias via UOL
20 de abril de 2015 · 🌐

Palavras de quem sofreu o terror na pele.



WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

O que as crianças da ditadura acham dos pedidos de intervenção militar

👍 2 mil 766 comentários 539 compartilhamentos

A própria matéria afirma que os pais dessa menina participaram da luta armada que buscava a tomada do poder para a implantação da Ditadura do Proletariado. As vítimas da ditadura não eram o cidadão comum, mas sim aqueles que tentavam tomar o poder em busca de uma ideologia fajuta e utópica.

Curtir · Responder · 5 a

👍 316

EU NUNCA TIVE PROBLEMAS. PROBLEMAS TEVE QUEM ERA TERRORISTA. QUE VENHA OUTRA INTERVENÇÃO URGENTE, ANTES QUE SEJA TARDE DEMAIS.

Curtir · Responder · 5 a

👍 8

Existia Ordem e Progresso. Eu queria vê um aluno bater em professora . Agora para os guerrilheiros e baderneiros a polícia combatia.Porque não podia continuar era insegurança no campo com as ligas camponesas matando gado queimando plantações invadindo terras a anarquia era generalizada o exercito teve que tomar uma atitude se não seríamos outra Cuba

Curtir · Responder · 5 a

👍 17

Passei parte da infância no regime militar.... engraçado esse monte de mimimi. .. tínhamos segurança. .. escolas Boas! A instituição família era preservada! e a corja que hoje está no poder são os mesmos que atacaram quartéis assaltavam bancos.... e pra completar antes de mais mimimi: nenhum dos generais da época ficaram milionários....

Curtir · Responder · 5 a



Fonte: Facebook (2015). Disponível em:

<https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/1096507497030732>. Acesso em 09 out. 2020.

Se em 2014 o discurso revisionista parecia tímido, no ano seguinte já era mais visível o número de comentários a favor do regime nessa rede social. Na notícia exposta acima, levando em consideração apenas os comentários da categoria “mais relevantes”, isto é, aqueles com mais reações dos usuários, há um destaque de pessoas apoiando a ditadura e minimizando a dor de quem sofreu nas mãos dela. O conteúdo revisionista é o mesmo: afirmações no sentido de que “pessoas de bem” não eram perseguidas.

FIGURA 5 – Manifestantes a favor da intervenção invadem plenário da Câmara.



Não sou a favor de uma intervenção militar, mas no momento seria uma saída, desde que seja extremamente cirúrgica, para cortar regalias, nos adequar aos padrões aceitáveis de salários do setor público, alterar algumas leis que só beneficia os corruptos e eles ainda são os responsáveis por fazer leis contra eles mesmos. Eles nunca vão fazer nada que os prejudique. Por isso tem que intervir. Olha hoje simplesmente não apareceram na CCJ para votar a PEC do fim do foro privilegiado

Curtir · Responder · 3 a

19

↳ 4 respostas

"Se é vontade do povo brasileiro eu promoverei a Abertura Política no Brasil. Mas, chegará um tempo que o povo sentirá saudade da Ditadura Militar. Pois muitos desses que lideram o fim da ditadura não estão visando o bem do povo mas sim seus próprios interesses"
General Ernesto Geisel
(governo: 1974-1979)

Curtir · Responder · 3 a

34

Prefiro a ditadura militar do que esses politicos safados que so ferram com o povo.

Curtir · Responder · 3 a

15

↳ 5 respostas

Fonte: Facebook (2016). Disponível em:

<https://www.facebook.com/g1/posts/1406180846100663>. Acesso em 22 set. 2020.

Sobre o período de 2016, evidenciado na figura 5, é interessante destacar que o discurso revisionista não mais tinha a companhia de comentários pró-*impeachment* já que, àquela altura, Dilma Rousseff já havia sido retirada do poder. Este fato é importante, porque em comentários dos anos anteriores parecia haver um certo receio em se falar em intervenção militar e ela só era invocada como se fosse uma última opção. Contudo, mesmo após a queda do governo de esquerda, o discurso a favor da ditadura continuou crescendo. Isso remete à ideia evidenciada anteriormente, de que não importa o período, há sempre um flerte da sociedade brasileira com o autoritarismo.

Outro ponto de destaque é que se antes o discurso pró-intervenção estava mais contido na internet, o clamor pela ditadura militar chegou até o plenário da Câmara, como se vê na publicação da figura 5. Tal fenômeno não parece ser por acaso já que, à época, exaltar figuras da ditadura não parecia ser mais algo incomum, como foi o caso do atual presidente da república – ainda no seu mandato de deputado federal – que, em seu discurso de voto no *Impeachment*, prestou uma homenagem ao Coronel

Carlos Alberto Brilhante Ustra¹², que foi chefe do DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1974 e é reconhecido documental e testemunhalmente como um torturador¹³. Documento apresentado pela Comissão da Verdade apontam 50 mortes no DOI sob o comando de Ustra¹⁴. Ustra chegou a ser declarado como um torturador pela Justiça Brasileira em primeira instância¹⁵ e até mesmo pelo Superior Tribunal de Justiça¹⁶ mas faleceu sem nunca ter sido responsabilizado penalmente.

FIGURA 6 – General na ativa fala sobre intervenção militar.



¹² Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em 09 out. 2020.

¹³ Gilberto Natalini relatou à Folha de São Paulo que 'Ustra era um monstro que torturava e ria'. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/ustrera-um-monstro-que-me-torturava-com-choque-e-ria-diz-vitima-de-militar.shtml> Acesso em 09 out. 2020.

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/durante-depoimento-de-ustra-comissao-aponta-50-mortes-no-doi.html> Acesso em 10 nov. 2020.

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/08/justica-de-sp-mantem-sentenca-que-aponta-ustra-como-torturador.html> Acesso em 10 nov. 2020.

¹⁶ Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=/www.jota.info/justica/stj-confirma-decisao-que-reconheceu-ustra-torturador-09122014 Acesso em 10 nov. 2020.

Se houver uma intervenção militar, será mais ou menos assim: a classe média e as pessoas de bem apoiarão, o pessoal do bolsa família, tanto faz, como tanto fez, desde que continuem recebendo sem precisar trabalhar, os pseudointelectuais protestarão e o Chico Buarque voltará a fazer músicas de protestos, o país voltará a crescer e ter orgulho...

Curtir · Responder · 3 a

107

↳ 11 respostas

Muitos falam sem realmente conhecer o poderio da intervenção militar: pontos a favor - segurança, PIB elevado, sem rombo no orçamento. Ponto contra - não tenho pq só vagabundos e ladrões eram realmente punidos e não o trabalhador honesto

Curtir · Responder · 3 a · Editado

122

↳ 10 respostas

Intervenção Militar já!! Tribunal de Exceção pra todos os políticos comprovadamente envolvidos em corrupção ainda soltos, extinção do PT e outros partidos de extrema esquerda, e criminalização do comunismo.

Curtir · Responder · 3 a

259

↳ 47 respostas

Fonte: Facebook (2017). Disponível em:

<https://www.facebook.com/Exame/posts/10155664070923953>. Acesso em: 08 out. 2020.

FIGURA 7 – Augusto Heleno declara apoio ao general que falou sobre intervenção.

Estadão 19 de setembro de 2017 ·

General Augusto Heleno declarou apoio a Mourão e criticou 'descaramento de políticos indiciados por corrupção' (via [Política Estadão](#)) #Estadao



POLITICA.ESTADAO.COM.BR

Ex-comandante no Haiti apoia general que sugeriu intervenção militar

10 mil 1,1 mil comentários 2,6 mil compartilhamentos

E como não apoiar a intervenção?

Essa não é a democracia atuante que vislumbrei qdo do estudo da Constituição Federal.

Não vivemos uma democracia. O poder não emana de nós. Apenas elegemos uma quadrilha que em nada nos favorece.

Curtir · Responder · 3 a · Editado



Quero ver o Gilmar Mendes saindo de toga algemado bem na hora no plenário.

Curtir · Responder · 3 a



↳ 3 respostas

Fonte: Facebook (2017). Disponível em:

<https://www.facebook.com/estadao/posts/2144459182235799>. Acesso em 08 de out. 2020.

Nas figuras 6 e 7, de 2017, dois pontos chamam atenção. Primeiro, o aumento no número de reações, se confrontado com publicações dos anos anteriores, em comentários com teor de discurso revisionista, a favor da ditadura ou com algum tipo de exaltação de autoritarismo. Nas duas figuras evidenciadas no ano, vê-se que os “emoticons” como “amei” (❤️) e “curtir” (👍) aparecem como os mais utilizados. Isso pode indicar o aumento não só dos discursos revisionistas nessas redes, mas também o aumento da afinidade dos usuários que reagem mais positivamente a eles.

Quanto ao segundo ponto, destaca-se novamente a presença de autoridades militares exaltando e incentivando o discurso revisionista. Observando com mais atenção as notícias das figuras 6 e 7, percebe-se que o general que “causou polêmica no exército” é o atual Vice-Presidente da República, eleito junto a Jair Bolsonaro, e o general Augusto Heleno é o seu Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Tudo isso deixa evidente que o discurso negacionista não é um fenômeno isolado e sem força, pelo contrário, ele é capaz de alçar ao poder figuras que antes não eram nem conhecidas pela sociedade, e que se tornaram relevantes a partir do eco de discursos autoritários, falaciosos e com promessas simplistas de solução para os problemas do país através da construção de inimigos em tom macartista.

Sobre o Macartismo ou *macarthismo*, foi um fenômeno iniciado a partir da cruzada anticomunista protagonizada pelo senador Joseph McCarthy (RODEGHERO, 2002, p.470) nos EUA. Neste período compreendido entre 1947 e 1957, abarcando o período da Guerra Fria, portanto, foi marcado pela suspeita de espiões comunistas dentro do governo norte-americano e o medo de que os EUA fossem atacados pela

União Soviética. McCarthy acusava diversas pessoas, sem apresentar provas, de possuírem ligação com os comunistas e recebeu apoio de muitos norte-americanos que não estavam satisfeitos com a política internacional do governo democrata (RODEGHERO, 2002, p.471). Esse discurso de temor pela instauração do comunismo chegou ao Brasil e permanece até hoje, também com apoio de determinada parte da sociedade que teme que o país se transforme numa Venezuela¹⁷, algo que será abordado no capítulo seguinte

No próximo capítulo, então, será dada continuidade a linha do tempo analisando os anos de 2018, 2019 e 2020, o primeiro destes sendo fundamental para crescimento e consolidação do discurso a favor da ditadura com a eleição de um governo com forte afinidade com o regime de 1964 e, posteriormente, se discutirá o revisionismo histórico a partir da sua inserção contextual socioeconômica.

¹⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/27/o-brasil-vai-virar-uma-venezuela-imigrantes-venezuelanos-no-brasil-respondem.htm> Acesso em 13 nov. 2020

3. O REVISIONISMO HISTÓRICO A PARTIR DA SUA INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA: A SOBREVIVÊNCIA.

O revisionismo histórico em relação à ditadura militar, como exposto no capítulo anterior, possui bases que remontam à década de 1930 e ao integralismo. Contudo, é possível duvidar, em primeiro momento, que conceitos e discursos de épocas tão remotas estejam realmente vivos na atual conjuntura brasileira. Desta forma, este capítulo evidenciará como e porque esses discursos sobreviveram até o presente momento, continuará expondo os discursos revisionistas do *Facebook* nos anos de 2018, 2019 e 2020 e, por fim, destacará como os conceitos expostos no capítulo anterior deste trabalho adquiriram nova roupagem para serem difundidos nesta década.

Quando se discute o revisionismo histórico em relação ao período da ditadura militar, surge uma indagação: se realmente houve ataques a direitos fundamentais naquela época, por que existem pessoas que apoiam uma intervenção militar e defendem, por exemplo, que a ditadura só perseguiu criminosos? Para responder esse questionamento é preciso se debruçar sobre os dois métodos de justiça transicional adotados pelo Brasil: a Lei da Anistia e a Comissão da Verdade.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que, como exposto no capítulo anterior, a sociedade civil brasileira teve papel importante no apoio à ditadura. Ou seja, antes de se discutir qualquer conceito que exponha o motivo pelo qual o discurso revisionista a favor da ditadura segue vivo, é preciso evidenciar o motivo mais simples: existem cidadãos que sempre foram a favor do regime militar. Tal afirmação pode até parecer óbvia, todavia, antes do fortalecimento de discursos de apoio nesta década, não era tarefa simples encontrar um cidadão que falasse abertamente sobre qualidades daquele período. Nesse sentido:

A ditadura, desde o início, sempre suscitou oposições. Estas se multiplicariam, principalmente nos últimos anos da década de 1970, tornando-se então difícil encontrar alguém que apoiasse explicitamente o regime que se extinguiu. Já nas comemorações dos 40 anos de 1968, em 2008, era quase impossível encontrar quem houvesse apoiado sem reservas a ditadura. Um enigma. Como o regime durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse? (REIS, 2010, p. 173-174)

É nesse sentido que o próprio termo ditadura militar, cunhado em 1964, indica a tentativa da sociedade civil de se distanciar do regime que, no início da década de 1970, já era considerado como vil. Ocorre que, até mesmo em sociedades cultuadas como exemplos de exercício à memória, houve fenômenos semelhantes. Como exemplos,

podem ser apontadas a Alemanha em relação ao apoio da sociedade ao nazismo e a URSS, pós-desestalinização, em relação a Stalin (REIS, 2010, p.174).

Assim, começa a ser explicado o motivo pelo qual o discurso em favor da ditadura e dos militares retornou com força na sociedade brasileira, vez que “incômodas lembranças – por pessoas, grupos sociais ou sociedades inteiras – são frequentemente colocadas entre parênteses, à espera, para que possam ser analisadas, de um melhor momento ou do dia de São Nunca” (REIS, 2010, p.174). O discurso revisionista ganha força na medida em que essas “incômodas lembranças” não são discutidas com a seriedade que o assunto demanda.

Todavia, a falta de discussão pode até explicar como o discurso revisionista consegue negar fatos antes tidos como verdades absolutas, como por exemplo a ideia estabelecida na década de 1970 de que o regime foi algo vil, mas não explica porque uma parcela da sociedade brasileira que antes buscava não se relacionar com o tema buscam agora exaltar feitos do período militar. É aí que a discussão sobre Lei da Anistia e sobre a comissão da verdade no Brasil se mostram imprescindíveis.

Um dos principais pontos positivos apontados por aqueles que desejam expor a eficácia do governo militar é a conquista do “milagre econômico¹⁸”, que ocorreu entre 1968 e 1973 no Brasil. Porém, a economia apontada como ponto forte do regime militar foi também um dos pontos que levaram ao fim dele. Isto porque, em decorrência da crise do petróleo em 1973, houve elevação de juros por conta da redução de oferta de capital externo e, por conta da desvalorização cambial em virtude da alta do dólar, houve redução do poder de compra dos brasileiros. Nesse sentido:

A crise econômica e seus reflexos sociais se apresentavam como um risco de novos focos de tensões, após a derrocada da resistência armada. A possibilidade de uma retomada da luta nas ruas incomodava a cúpula militar. Por outro lado, internamente, acentuou-se a divisão entre a linha dura e a ala mais pragmática dos militares. O presidente eleito em 1974, o general Ernesto Geisel, representando a ala mais pragmática dos militares, iniciou um projeto político de restauração controlada da democracia, a chamada “abertura lenta, gradual e segura”. (DE PAULA e VIEIRA, 2020, p.130).

Posteriormente, com o fim do AI-5 e a eleição do general Figueiredo para a presidência da República, se iniciaram demandas da sociedade em torno da defesa dos presos e exilados políticos. O governo, pressionado pela sociedade, anuiu à criação

¹⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em 14 nov. 2020.

de um projeto de lei tratando da anistia, porém, em contrapartida, buscava a garantia de que os militares torturadores não sofreriam punições. Em 28 de agosto de 1979 foi aprovada a Lei 6.683, a Lei da Anistia. Assim, os militares e envolvidos na luta armada foram anistiados. (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p.131).

A escolha do Brasil pela “anistia recíproca” é alvo de diversas críticas, principalmente entre militantes dos direitos humanos, vez que essa amnésia coletiva da coletividade brasileira em relação ao período do regime possui ligação direta com a falta de punição aos militares torturadores. Nesse sentido:

Três pontos centrais da luta dos CBAs não foram contemplados pela lei: (i) o reconhecimento das mortes e dos desaparecimentos; (ii) a responsabilização dos agentes do Estado pela tortura; e (iii) a não reciprocidade. Estas metas só seriam alcançadas, se a lei rompesse com a dimensão do esquecimento, trazendo à tona as atrocidades cometidas durante a Ditadura. A anistia, assim, teria um sentido de anamneses, de reminiscência necessária a consecução da justiça como resgate da memória e direito a verdade, diferentemente da concepção que embasou o projeto governamental: a de anistia como amnésia. (RODEGHERO, 2009, p.138)

Aliás, a prova de que os militares ainda hoje gozam de grande prestígio é que na mesma medida em que, naquela época, possuíam poder suficiente para não serem punidos pela Lei da Anistia, mesmo com a pressão da sociedade, continuaram exercendo poder de veto sempre que se discutia a revisão da lei.

Nesse sentido:

Nossa hipótese é que a existência de uma grande autonomia militar antes, durante e depois da ditadura, associada aos baixos níveis de respeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, e ao baixo interesse do Congresso e do governo em geral pelo tema das Forças Armadas, garantiram espaços para que a corporação militar atuasse como *veto player* sempre que se tentou rediscutir ou rever a Lei da Anistia de 1979 ou algumas prerrogativas da corporação. (D'ARAÚJO, 2012, p.575)

Do processo de construção de memória hegemônica quanto ao período da ditadura, com base nas políticas de reparação, surgem, ainda, em 1995, a Lei dos Desaparecidos¹⁹ e a revisão da Lei da Anistia em 2002. Ambos os dispositivos legais, por mais importantes que sejam, também não foram suficientes para alcançar a reconciliação nacional.

Contudo, a Lei da Anistia não esgota os motivos pelos quais o negacionismo histórico sobre a ditadura é possível. Outro ponto essencial de estudo para se entender

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em 05 nov. 2020.

a atual conjuntura é o outro método de Justiça de Transição adotado pelo Brasil, a comissão da verdade. Garretón (2006) explica que os governos democráticos podem optar por: (i) buscar a reconstituição de situações anteriores à violações de direitos humanos através da verdade máxima; (ii) expor informações sobre as violações e punir os responsáveis; e (iii) estabelecer uma reparação simbólica através da consolidação de um regime democrático.

Segundo Pinto (2006), foram identificados em países distintos três modelos de justiça transicional. Na América Latina, mesmo que em contextos diferentes, o modelo de comissões da verdade foi o mais comumente utilizado. Nesse sentido:

O terceiro modelo - com a criação de comissões da verdade - foi adotado em diferentes contextos de transição democrática na América Latina. Resultou de acordos de paz após guerra civil (como nos casos de El Salvador e Guatemala) ou de democratização negociada (como na Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai) e teve por objetivo afastar a amnésia política e social sobre as violações de direitos humanos. (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p. 133)

Em sendo assim, as comissões da verdade podem ser apontadas, de maneira resumida, como modelos de justiça transicional com objetivo de afastar a amnésia política e social sobre violações de direitos humanos. Contudo, se atualmente ainda é comum ouvir afirmações de que a ditadura militar “matou muito poucas pessoas²⁰”, é natural que se afirme que o objetivo não foi alcançado com total sucesso.

A razão para tanto pode estar no próprio método de justiça transicional eleito pelo Brasil. Nesse sentido, Garretón (2006, p. 72-73) tece fortes críticas ao modelo e afirma que a criação de comissões da verdade possibilita a coexistência das normas democráticas com dispositivos legais autoritários. Exemplos de casos de relativo insucesso desse modelo na América Latina podem ser apontados em Argentina, Bolívia, Uruguai, Chile, El Salvador e Guatemala.

Nesse sentido, um panorama parecido com a realidade da justiça transicional brasileira se apresentou na Argentina.

Na Argentina, a falta de poder coercitivo e a determinação legal para que o poder judiciário apurasse as responsabilidades dos acusados de abusos no período entre 1970 e 1980 foram apontados como empecilhos aos objetivos da Comissão Nacional para Investigação sobre o Desaparecimento de Pessoas, criada em 1983. (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p.134).

²⁰ Vice-presidente da República afirma que a Ditadura Militar matou poucas pessoas. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/25/ditadura-matou-muito-pouco-diz-mourao-segundo-mpf-434-foram-assassinados.htm>> Acesso em 11 nov. 2020.

No Uruguai, a Comissão de Investigação da Situação de Pessoas Desaparecidas e suas Causas até divulgou um relatório final, porém esse trabalho foi pouco divulgado e nem mesmo houve investigação quanto a relatos de prisões ilegais e tortura (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p.134).

Quando se olha para o processo transicional do Brasil, chama atenção o fato de que a Comissão Nacional da Verdade só foi instalada em 2012, isto é, 24 anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo De Paula e Vieira (2020, p.135), esse lapso temporal tão longo pode ser explicado quando da análise do processo de democratização em que o “arcabouço institucional” do período militar coexistiu com as instituições democráticas. Acuña e Smulovitz (2006) explicam que as Forças Armadas estabeleceram objetivos a serem alcançados nesse processo de transição, quais sejam:

(1) o pessoal militar não deveria ser condenado por crimes políticos (isto é, tortura, sequestro e assassinato); (2) os oficiais demitidos por razões políticas não poderiam ser reincorporados; (3) o aparato repressivo deveria ser mantido, e Figueiredo[10] nomearia novos chefes de segurança e inteligência que, por sua vez manteriam suas funções sob um governo civil; (4) as Forças Armadas designariam os ministros do gabinete militar (um para cada uma das três armas, um para a Inteligência, outro para a Casa Militar e um sexto para comandante-em-chefe); (5) a Constituição de 1967, com suas emendas de 1969, seria conservada até que uma nova Constituição fosse aprovada; (6) o grupo encarregado de fazer a revisão da Constituição não deveria ser escolhido por eleições diretas mas, ao contrário, deveria constituir-se dos membros incumbidos do Congresso; e (7) a reforma institucional ficaria restrita a questões que não afetassem a “segurança nacional”. (ACUNÁ e SMULOVITZ, p. 50-51)

Com o sucesso dos militares em alcançar esses objetivos, foi preciso que os militantes dos direitos humanos e as famílias dos mortos e desaparecidos se mobilizassem durante anos para manter a visibilidade da causa. Nesse contexto de mobilização, dois grupos se notabilizaram: o Grupo Tortura Nunca Mais e o projeto Brasil: Nunca Mais, este último publicou o livro “Um relato para a história. Brasil: Nunca Mais”, em 1985, que apresentava resultados de um projeto que reuniu documentos, testemunhos e reportagens de imprensa sobre denúncias de tortura no regime²¹. Aliás, em oposição a esse livro – o que também evidencia que o discurso revisionista já estava presente desde então – foi lançado, em 1986, o “Brasil: Sempre”, do então sargento Marco Pollo Giordani que rebatia as denúncias de arbitrariedades das quais as Forças

²¹ Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em 12 nov. 2020.

Armadas foram acusadas. Além dessa obra revisionista, em 1987, Carlos Alberto Brilhante Ustra publicou o seu “Rompendo o Silêncio”, que também se predispunha a rebater as acusações contra o regime militar.

Mesmo com as mobilizações, houve fortes obstáculos ao processo de transição. Nesse sentido:

Essas ações não evitaram que arquivos desaparecessem, documentos fossem destruídos e que trabalhos de identificação das vítimas fossem interrompidos. Em uma tentativa de assegurar que uma política pública de Estado fosse implementada, familiares das vítimas e militantes dos direitos humanos conseguiram que os dois principais candidatos ao pleito presidencial de 1994 se comprometessem em adotar medidas de apuração sobre as mortes e desaparecidos políticos. (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p. 137).

Desta forma, Fernando Henrique Cardoso, já eleito, articulou a aprovação da Lei nº 9.140/95 que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)²², ato normativo que inaugurou o processo de reconhecimento das arbitrariedades praticadas pelos militares (DE PAULA E VIEIRA, 2020, p. 137). Durante os anos, sempre com bastante pressão dos familiares das vítimas e militantes, outras vitórias foram alcançadas. Até que Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010 (já no seu segundo mandato de presidente), articulou a criação do anteprojeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que foi convertido na Lei 12.528/2011. Posteriormente, no governo de Dilma Rousseff, foram empossados os membros da comissão. Não sem manifestação dos militares, contudo, que subiram o tom com o manifesto “Alerta à Nação – Eles que venham, aqui não passarão”²³.

Como objetivos, a CNV (BRASIL, 2014, p. 42) elencou:

- I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do artigo 1.o;
- II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados a prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1.o e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação que possa auxiliar na localização e identificação de corpos

²² BRASIL. **Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995**. Brasília: Senado Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm Acesso em: 02 nov. 2020.

²³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/militares-reagem-e-aumenta-adesao-a-manifesto-contra-o-governo-6ze5d0ksgffmvsfx62t7myj2/> Acesso em: 02 nov. 2020

e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1.o da Lei n.o 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos [...];

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Em seu relatório final, a CNV afirmou que a apuração de fatos constatou que houve detenções ilegais, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro. Identificou 191 mortos, 210 desaparecidos e 33 desaparecidos com cadáveres posteriormente localizados. No total, foram 434 casos.

Ocorre que, com o acirramento do debate em relação a existência ou não de violações estatais no regime denota, os resultados apresentados pela CNV evidenciaram que a tentativa de reconciliação nacional fracassou. Com efeito, os militares contestaram as recomendações (como a de desmilitarizar as polícias estaduais²⁴) e citaram que o relatório nasceu da tentativa de vingança²⁵. Com críticas também dos militantes dos direitos humanos, a CNV afirmou que fez o que foi possível “em função do trabalho realizado, apesar dos obstáculos encontrados na investigação, em especial a falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída”. (BRASIL, 2014, p. 963).

É desta forma que se pode concluir que os métodos de justiça transicional adotados pelo Brasil, que por si sós já são alvos de críticas, não foram utilizados da melhor forma. Isso porque falharam ao não responsabilizar os agentes perpetradores de violações aos direitos humanos no regime militar e, por consectário, abriram margem para que se discuta se essas violações realmente ocorreram. Abrem margem porque, como exposto durante todo este trabalho, parcela da sociedade civil brasileira se afastou da figura da ditadura por pura conveniência e, com a falta de punição aos agentes do Estado, se sentem novamente confortáveis para expor suas afinidades com

²⁴ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 13 nov. 2020

²⁵ Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/justica/justica-nega-pedido-de-federacao-de-militar-contra-ato-da-comissao-verdade-11062018. Acesso em 13 nov. 2020

o período autoritário ou – com todo cuidado para não banalizar ainda mais este conceito – porque não dizer afinidade com o Fascismo? Eco (1977, p. 03; 11), já alertava que “[...] por trás de um regime e de sua ideologia há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis [...] O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis”.

É por todo o exposto até aqui que é possível observar não só a sobrevivência do discurso negacionista, como também o seu fortalecimento. Adiante, será dada continuidade à análise dos discursos do *Facebook*, identificando quem são seus mensageiros nesse processo de continuidade e a nova roupagem dada aos conceitos expostos neste trabalho.

FIGURA 8 – Coluna faz crítica ao discurso que atrela a oposição à ditadura ao extremismo.

FOLHA Folha de S.Paulo 
8 de janeiro de 2018 · 

"Hoje, no Brasil, se você acredita em direitos trabalhistas, se você é contra uma condenação sem provas de um candidato à Presidência, se você acha que a ditadura militar no Brasil cometeu excessos, se você ainda acredita que foi uma ditadura, más notícias: você se tornou um extremista."

Leia coluna de [Gregorio Duvivier](#) na [#folha](#)




WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR 


Gregorio Duvivier | Se você é contra uma condenação sem provas, você é um extremista

   2,1 mil

1,4 mil comentários 177 compartilhamentos

O unico excesso que a ditadura não fez direito foi o de acabar com o Comunismo no Brasil, porque de resto, foi muito "excesso" de rodovias, de estradas, industrias, e infraestrutura para o país da quela época, tanto que tudo o que vemos no Brasil nesses respectivos assuntos foram construido pelos militares, de resto os outros governos apenas modificam ou aperfeiçoaram algo, mas os grandes feitos ainda continuam sendo da quele singelo peiodo.

Curtir · Responder · 2 a · Editado  46



os esquerdotapas a cada saõ mais patéticos,defendendo o indefensavel usando como desculpas uma coisa que nunca aconteceu no brasil,a ditadura militar.chola mais esquerdinha caviar  408

Curtir · Responder · 2 a

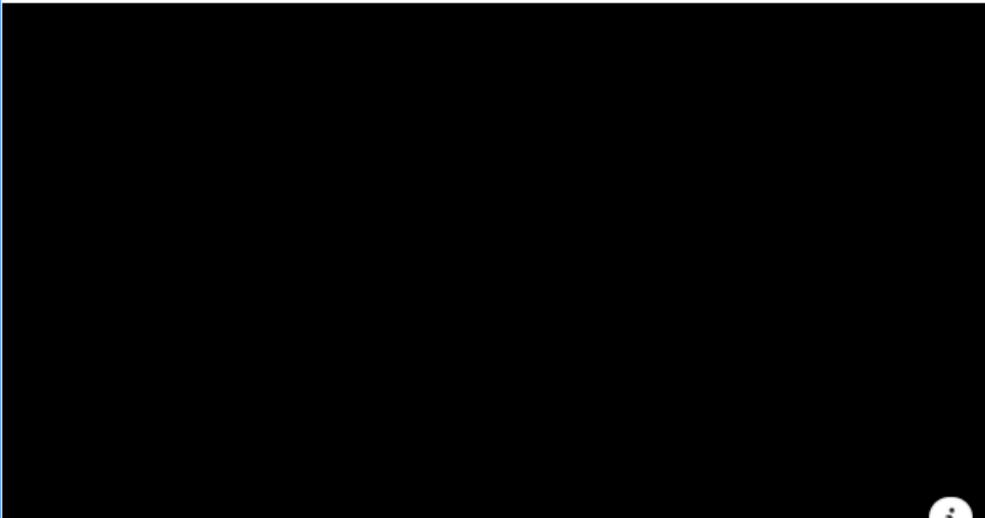
↳ 25 respostas


Fonte: Facebook (2017). Disponível em:
<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/2218854691489855>. Acesso em 09 nov. 2020

FIGURA 9 – Caminhoneiros pedem intervenção militar.

 **exame** 
 28 de maio de 2018 · 

Alguns grupos acreditam que medida é uma questão de tempo. #EXAME




EXAME.ABRIL.COM.BR 

Em grupos do WhatsApp, caminhoneiros pedem intervenção militar

 1 mil 379 comentários 125 compartilhamentos

Deixa eu ensinar vcs exame, o correto seria assim: "Em grupos de Whatsapp, a população em geral pedem intervenção Militar"
 Os caminhoneiros só começaram, agora é todo o povo.

Curtir · Responder · 2 a  94

↳ 40 respostas

ATENÇÃO!!!

Cidades do Brasil começam a fazer um *abaixo assinado* pela população a fim de serem entregues ao comandantes de unidades militares, Coronéis, Ten. Coronel, Major e assim por diante.

Vamos nos unir a esse movimento e fazer em todas as cidades.

ABAIXO ASSINADO EM PROL DA INTERVENÇÃO MILITAR

Curtir · Responder · 2 a



Fonte: Facebook (2018). Disponível em:

<https://www.facebook.com/Exame/posts/10156433827908953>. Acesso em 13 nov. 2020.

FIGURA 10 – Líderes políticos brasileiros rejeitam intervenção militar

exame
30 de maio de 2018 · 🌐

Entre os piquetes dos caminhoneiros em greve, há um grupo pequeno, mas barulhento, exigindo intervenção militar. #EXAME

EXAME.ABRIL.COM.BR

Principais líderes políticos brasileiros rejeitam intervenção militar

👍👎👏 328

263 comentários 29 compartilhamentos

...se houver uma pesquisa IDÔNEA e HONESTA... todos verão que mais de 90% que deseja "intervenção militar" é pela #**corrupção** descarada, benefícios absurdos do #Estado e excesso de #impostos !! 🇧🇷

Curtir · Responder · 2 a



↪ 10 respostas

O Exército Brasileiro hoje está na vala comum juntos com os políticos. Estão sucateados e os comandantes velhos e se aposentando. Preferem ficar em cima do muro do que acatar o clamor da população Brasileira. Lamentável.

Curtir · Responder · 2 a



↳ 16 respostas

Fonte: Facebook (2018). Disponível em:

<https://www.facebook.com/Exame/posts/10156439353473953>. Acesso em 13 nov. 2020.

Da análise das figuras 8, 9 e 10, todas notícias do ano de 2018, é possível destacar que, além da continuidade do discurso de exaltação de feitos do período do regime como visto na figura 8, outras afirmações sem quaisquer citações de fontes confiáveis também são observadas nesses comentários das figuras 9 e 10, nesse sentido, um dos usuários comenta que “mais de 90%” desejam a intervenção militar por conta da corrupção e alta carga tributária, outro diz que “a população em geral” deseja o retorno dos militares ao poder.

Outro ponto que merece destaque é o contexto em que essas reportagens foram publicadas. Em 2018, o país já era governado por Michel Temer, que assumiu após o *impeachment* de Dilma Rousseff, e se viu no meio de uma manifestação gigantesca: a greve dos caminhoneiros. A direita comandava o governo federal naquele momento e mesmo assim os discursos em favor de uma intervenção militar permaneceram vivos. Se antes se falava de uma intervenção para frear o avanço do comunismo, aqui, o discurso mais frequente é o de invocar a tutela dos militares, este discurso se fortaleceu nos anos que se seguiram.

Ferréz (2018), em contraponto ao exposto no capítulo anterior sobre uma suposta afinidade da sociedade brasileira com o autoritarismo, acredita que esse discurso odioso, na verdade, é fruto de um país em crise que por ainda precisar enfrentar mazelas como a fome, por exemplo, acaba por difundir na sociedade a ideia de que é necessária uma mudança radical no *status quo*. Nesse sentido, em comentário sobre a manifestação dos caminhoneiros, afirma que:

Quando um caminhoneiro sobe no caminhão parado pelo protesto e grita pela intervenção militar, ele não quer viver rodeado de tanques e pedir licença para ir trabalhar. Quer sim poder pagar suas dívidas, seu aluguel, alimentar seus filhos e seguir sua vida, mas o caminho que acha para isso é pedir essa mudança. (FERRÉZ et al., 2018, p. 63)

Adiante, em 2019, o que chama mais atenção, na verdade, são dois episódios ocorridos no mês de outubro. O primeiro deles foi a fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro, que sugeriu um “novo AI-5” se a esquerda “radicalizasse”.

FIGURA 11 – Deputado sugere ‘novo AI-5’ se a esquerda ‘radicalizar’

Estadão 31 de outubro de 2019 · 🌐

Deputado defende medidas drásticas caso ocorram protestos semelhantes aos do Chile (via Política Estadão) #Estadão



POLITICA.ESTADAO.COM.BR

Eduardo Bolsonaro sugere 'novo AI-5' no País se a esquerda 'radicalizar'

Filho do presidente já havia afirmado em discurso no plenário da Câmara na terça-feira, 29, ...

👍❤️👎 9,1 mil 2,5 mil comentários 3,9 mil compartilhamentos

Superfã

Alguém tem que parar o espírito autoritário que ronda o Brasil. Que isso. Esta cada vez pior.

Curtir · Responder · 1 a

👍❤️👎 596

↪️ 31 respostas

Atentar contra a democracia não é crime previsto na constituição? Creio que o nobre Deputado comete crime ao afrontar mesmo que na possibilidade uma quebra do estado democrático de direito garantido a duras penas na carta magna brasileira.

Curtir · Responder · 1 a

👍❤️👎 273

↪️ 27 respostas

Tem Todo o Apoio dos Brasileiros do Bem

Curtir · Responder · 1 a

👍❤️👎 116

↪️ 63 respostas

Fonte: Facebook (2019). Disponível em:

<https://www.facebook.com/estadao/posts/3703892186292483>. Acesso em 13 nov. 2020.

A figura 11 demonstra um panorama um pouco diferente. Nas publicações anteriormente evidenciadas nesse trabalho também havia muitos comentários contrários ao discurso negacionista, todavia, nessa publicação do Estadão, eles foram os mais relevantes, isto é, os usuários os elegeram como os melhores comentários.

Fenômeno parecido ocorreu em publicações da mesma notícia no G1²⁶ e Uol Notícias²⁷. É possível ver comentários com teor negacionista, mas são bem pontuais e minoritários. Também chama atenção o número de reações negativas da publicação do Estadão, de 9,1 mil reações, quase 6 mil delas foram com “emoticon” “gr” (😡) contra apenas 581 reações “amei” (❤️).

Em outras publicações sobre a ditadura militar, contudo, o teor negacionista dos discursos continuou aparecendo com certa relevância na rede social. É o exemplo de uma reportagem sobre uma vítima do regime:

FIGURA 12 – Vítima de tortura relata sequelas



G1 - O Portal de Notícias da Globo
5 de abril de 2019 · 🌐

Iracema, que ficou anos sem saber seu sobrenome, foi levada aos 11 anos por agentes do estado para a tortura junto da mãe ==> <https://glo.bo/2D0Xtjk> #G1

G1.GLOBO.COM

'55 anos é pouco para esquecer, diz torturada pela ditadura militar na infância
Iracema foi levada por militares quando tinha cerca de 11 anos junto com a mãe, que é con...

👍👎👏 29 mil 11 mil comentários 9,3 mil compartilhamentos

Após essa reportagem, Iracema voltou para Curitiba na frente da PF para gritar "Lula livre"

Curtir · Responder · 1 a 👍👎👏 4,8 mil

↳ 175 respostas

²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/g1/posts/3383578458360882>. Acesso em 15 nov. 2020.

²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/3701343033213819>. Acesso em 15 nov. 2020.

Meus avós têm mais de 80 anos em sã consciência e dizem que foi a melhor época pra se viver no Brasil...que a polícia como hoje também faz cumpria seu dever de proteger a sociedade de bem,e tratava bandidos como tal...eles são os meus melhores livros de história 👍

Curtir · Responder · 1 a

   18

É mais fácil encontrar alguém que já foi assaltado hoje, do que alguém que foi torturado ou assaltado na época da ditadura Militar.

Curtir · Responder · 1 a

   70

↳ 5 respostas

História contada pelo G1 não merece crédito.vivi todo período militar e tenho só lembranças boas. Gostaria que meus netos vivessem como vivi. Com segurança e cidadania garantida. Amo os que vivem na ordem e decência.

Curtir · Responder · 1 a

   1 mil

↳ 93 respostas

Eu nasci em 64. Meus pais nunca falaram nada de ruim que passaram naquela época. Trabalhando pelo sustento normalmente.

Curtir · Responder · 1 a

   646

↳ 82 respostas

Minha mãe junto comigo ou sozinha nunca foi levada pela ditadura, é que ela estava ocupada lavando, passando, arrumando casa ou seja, sendo uma grande mãe.

Curtir · Responder · 1 a

   1,5 mil

↳ 193 respostas

Fonte: Facebook (2019). Disponível em:

<https://www.facebook.com/g1/posts/2823590601026340>. Acesso em 13 nov. 2020.

Outro ponto relevante da figura 12 são os comentários descredibilizando o trabalho jornalístico, algo que se tornou bastante comum, principalmente após reiterados ataques do presidente à imprensa. Nesse sentido, o relatório “Monitoramento de discursos, entrevistas e postagens em redes sociais”, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) entre janeiro e setembro de 2020, revelou que Bolsonaro atacou a imprensa 299 vezes no período²⁸.

O segundo episódio de destaque do mês de outubro de 2019 foi protagonizado pelo general e assessor especial do Gabinete de Segurança Institucional, Eduardo

Disponível em: <https://fenaj.org.br/nove-meses-bolsonaro-299-ataques/>. Acesso em 15 nov. 2020.

Villas Boas, às vésperas do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) das Ações Diretas de Constitucionalidade 43, 44 e 54, que questionam a execução de pena após condenação em segunda instância. O militar afirmou, em seu perfil na rede social *Twitter*, que “é preciso manter a energia que nos move em direção à paz social, sob pena de que o povo brasileiro venha a cair outra vez no desalento e na eventual convulsão social²⁹”. Essa mensagem foi interpretada por diversos segmentos da sociedade como uma intimidação ao STF, vez que esse julgamento poderia beneficiar o ex-presidente Lula que, àquela altura, estava preso.

Fenômeno parecido ocorreu em 2018, quando, na véspera do julgamento do *Habeas Corpus* impetrado pelo ex-presidente, o general afirmou que o “Exército está ainda atento às suas missões institucionais” e que repudiava “a impunidade³⁰”. A fala do deputado demonstra o conforto, citado anteriormente, de determinados indivíduos da sociedade em invocar temas sobre a ditadura que antes eram quase proibidos. Já a fala do general evidencia uma subida de tom nos pronunciamentos de militares, que passaram a ter um governo e manifestações populares que exaltam feitos do regime.

Sobre esse conforto em assumir posturas reacionárias, Luis Felipe Miguel justifica:

Que o título deste texto não induza à confusão: a direita nunca esteve ausente da política brasileira. Falo de *reemergência* para assinalar a visibilidade e a relevância crescentes de grupos que assumem sem rodeios um discurso conservador ou reacionário. Foi um fenômeno que, não por acaso, ocorreu ao longo do ciclo de governos petistas. (MIGUEL et al, 2018, p.16).

Em relação ao fenômeno citado por Miguel (2018, p.18), ele explica que os setores mais radicais à direita do espectro político possuem três vertentes principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. É nesse ponto que este trabalho se propõe a realizar uma relação dos discursos desse polo extremista à direita com os valores do Integralismo e do regime militar, citados no capítulo anterior.

Em relação ao libertarianismo, é difícil acreditar que uma relação entre a ideologia libertária que prega o menor Estado possível e movimentos totalitários como o regime militar e o Integralismo seja possível e, de fato, essa relação não é possível

²⁹ Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/1184601278590210048/photo/1. Acesso em 13 de nov. 2020.

³⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml>. Acesso em 13 nov. 2020.

se levarmos em conta o libertarianismo original que prega a autonomia individual. Contudo, o que se vê em países como EUA e Brasil é uma contradição da ideologia ultraliberal, que, embora fale sobre liberdade, é bastante conservadora em temas como consumo de drogas e liberdade sexual, por exemplo.

O libertarianismo original, por sua convicção de que a autonomia individual deve ser sempre respeitada, levaria a posições avançadas em questões como consumo de drogas, direitos reprodutivos e liberdade sexual. Mesmo nos Estados Unidos, porém, tais posições tendem a estar mais presentes em textos dogmáticos do que na ação política dos simpatizantes da doutrina. Seus principais aliados são cristãos fundamentalistas, e o discurso costuma apresentar o reforço da família tradicional como compensação para a demissão do Estado das tarefas de proteção social – Estado que é o inimigo comum, seja por regular as relações econômicas, seja por reduzir a autoridade patriarcal ao determinar a proteção aos direitos dos outros integrantes do núcleo familiar. Aliança similar ocorre no Brasil, em que o ultraliberalismo faz frente unida com o conservadorismo cristão. (MIGUEL et al., 2018, p. 19)

É nesse sentido que o discurso ultraliberal brasileiro acaba por evidenciar afinidade com valores do movimento integralista e do regime militar, como “Família” e supremacia da doutrina cristã.

Se a relação entre o libertarianismo e os regimes autoritários citados anteriormente pode suscitar algum debate, relação mais evidente é possível a partir da análise do segundo pilar da extrema-direita apontado por Miguel (2018), o fundamentalismo religioso. Neste contexto, explica:

O fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores. Por vezes se fala na “bancada evangélica”, mas a expressão ignora diferenças entre as denominações protestantes, invisibiliza o setor minoritário, mas não inexistente, de evangélicos com visão mais progressista e, sobretudo, deixa de lado a importante presença do setor mais conservador da Igreja católica no Congresso, não por meio de sacerdotes, mas de leigos engajados. (MIGUEL et al., 2018, p. 19-20)

Explica, portanto, que o fundamentalismo se estabelece pela negação de qualquer possibilidade de debate. Afinal, não seria possível debater a vontade do divino. Esse pilar da extrema-direita é bem ativo na oposição ao direito ao aborto e a políticas de combate à homofobia³¹. Miguel (2018) explica, ainda, que o fundamentalismo contribui para “manter o rebanho disciplinado”.

³¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/06/25/na-camara-malafaia-ataca-decisoes-do-stf-sobre-direitos-de-gays.htm>. Acesso em 20 nov. 2020.

A terceira vertente da “reemergência” do discurso da direita reacionária é ainda mais facilmente relacionada com os valores integralistas e do regime militar, àquela recicla o anticomunismo. Isto é, a partir de uma nova roupagem de “bolivarianismo” venezuelano (MIGUEL, 2018, p.20), esta vertente traz à tona o discurso nada novo de demonizar opositores os relacionando ao comunismo, contudo, essa nova roupagem torna comum a frase comumente utilizada para causar medo na sociedade brasileira de que “O Brasil se tornaria uma Venezuela” sob governo da esquerda.

Em relação a elevação dos militares ao status de heróis que podem salvar o Brasil da corrupção, Carapanã explica:

Na América Latina e no Brasil há um cenário de exaustão da Onda Rosa, na qual governos à esquerda, de caráter progressista, estiveram à frente de muitos países da região no início do século. Parte do antipetismo organizado no processo do *impeachment* se radicalizou progressivamente desde 2015, deixando de lado as ilusões de que o Judiciário poderia resolver os problemas do sistema político e passando a apostar nos militares como arautos da ordem – o que naturalmente foi acompanhado de uma defesa de um suposto legado positivo da ditadura militar. (CARAPANÃ et al., 2018, p. 35)

Em conformidade com as ideias de Miguel expostas anteriormente, Carapanã (2018, p.36), ao falar sobre a “nova direita” brasileira, explica que ela é uma junção de ideais do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. Indo mais além, aduz que essas ideias acabam se somando com “construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo”.

Sobre o conceito de democracia para a nova direita, destaca:

Uma discussão é o quanto a nova direita seria diferente da “antiga direita”, ou seja, a direita que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial. É provável que a diferença mais significativa entre ambas esteja no fato de que a nova direita recusa a democracia liberal, ou mesmo qualquer forma de democracia. O sistema político ideal parece variar entre um retorno do absolutismo e a “democracia” iliberal desenhada por Viktor Orbán. (CARAPANÃ et al., 2018, p.36).

Sob esse contexto de ameaça à democracia, destacam-se as duas últimas figuras deste trabalho, que evidenciam ameaças às instituições e apoio de parte da sociedade:

FIGURA 13 – Presidente discursa para manifestantes que pediam intervenção

G1 - O Portal de Notícias da Globo 19 de abril · 🌐

Apoiadores se aglomeraram em frente a quartel no Dia do Exército. Intervenção militar contraria a Constituição. Leia mais => <https://glo.bo/2VBLwJy> #G1



G1.GLOBO.COM

Bolsonaro discursa a manifestantes que pediam intervenção militar
Manifestantes se aglomeraram em frente ao Quartel-General do Exército. Intervenção milita...

👍👎❤️ 6,7 mil 3,9 mil comentários 301 compartilhamentos

Apoio quem está contra Maia, Alcolumbre e outros que sempre se mostraram a favor da corrupção e acabaram com a LAVA JATO.

Curtir · Responder · 29 sem

👍👎❤️ 124

↳ 25 respostas

A população está se organizando e indo aos quartéis pedir AI5. Esperamos que o sono eterno em berço esplêndido seja interrompido.

Curtir · Responder · 29 sem

👍👎❤️ 82

↳ 26 respostas

Lembrando a todos que o povo não foi as ruas por obrigação, nem o presidente mandou ninguém, todos foram por livre e espontânea vontade ao contrario da esquerda que paga para ir nas suas manifestações e seus ditadores obrigam ao povo ir as ruas.

Curtir · Responder · 29 sem

👍👎❤️ 60

↳ 24 respostas

Intervenção militar com o apoio da população não contraria a constituição G1, estudem mais um pouco sobre isso

Curtir · Responder · 29 sem

👍👎❤️ 103

↳ 45 respostas

Me causa estranheza ver que muitos desconhecem a verdadeira história do regime militar, ou seria negação proposital? Digo isso, porque meu pai estava do outro lado, exilado com Brizola e Jango no Uruguai. Após conhecer TODA a história, só posso AGRADECER às Forças Armadas do Brasil 🇧🇷!

Curtir · Responder · 29 sem



↳ 16 respostas

Fonte: Facebook (2020) Disponível em:

<https://www.facebook.com/g1/posts/3878445052207551>. Acesso em 20 nov. 2020.

FIGURA 14 – Presidente apoia ato antidemocrático e afirma que não vai mais ‘admitir interferência’.

G1 - O Portal de Notícias da Globo 3 de maio · 🌐

Presidente também afirmou que 'daqui pra frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição'. Manifestantes levaram faixas pela intervenção militar e contra o Congresso e o STF. <https://glo.bo/2zUIBo7> #G1

G1.GLOBO.COM

Bolsonaro volta a apoiar ato antidemocrático e diz que não vai mais 'admitir interferência'

👍👎🗨️ 21 mil 10 mil comentários 4,5 mil compartilhamentos

Querem tirar o poder do voto da maioria do povo brasileiro ... Escolhemos Bolsonaro para nos representar. Bolsonaro deve tomar uma atitude urgentemente apoiado pela maioria do povo brasileiro. Nos respeite!

Curtir · Responder · 27 sem



↳ 175 respostas

Perfeito. Começa pela globo presidente, depois vamos pegar descendo pro congresso e stf

Curtir · Responder · 27 sem

   105

↳ 21 respostas

Antidemocrático é o STF, o Senado e a Câmara! Todos corruptos, tinham que estar presos!

Curtir · Responder · 27 sem

   48

↳ 12 respostas

Fonte: Facebook (2020). Disponível em:

<https://www.facebook.com/g1/posts/3923497394368983>. Acesso em 20 nov. 2020.

As figuras 13 e 14 mostram manifestações contra o STF que ocorreram no ano de 2020. Nem mesmo a pandemia do novo coronavírus e as orientações das autoridades sanitárias para se manter o distanciamento social foram suficientes para inibir esses atos. Nas ruas, faixas afirmando a existência de uma “ditadura do STF” e, como de praxe, solicitando intervenção militar puderam ser vistas³².

Na rede social em análise, discursos parecidos com afirmações de um suposto anseio popular pela volta dos militares e de que uma intervenção seria capaz de barrar a corrupção do STF, Senado e Câmara. Nesse sentido, tais manifestações explicitam a aparência dessa ala extrema do espectro político evidenciada nos parágrafos anteriores. Cumpre destacar que existe o Sistema de Freios e Contrapesos que estabelece que os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) são autônomos, porém, exercem controle entre si e esse sistema, tão importante para o jogo democrático, parece incomodar essa ala extremista que possui uma afinidade com o autoritarismo.

Desta forma, finaliza-se a análise dos comentários expostos na rede social *Facebook*. Essa análise dos sete anos (2014-2020) expõe não só o fortalecimento dos discursos negacionistas e da aderência destes à discursos autoritários, mas também a saída desses discursos das redes sociais para tomarem as ruas. Veja-se, nesse sentido, que na figura 3, ainda em 2014, o número de comentários era bem menor e os pleitos por uma intervenção militar eram tímidos, tentando sobreviver ao lado dos pedidos de *impeachment* da ex-presidente Dilma. Na última figura, o panorama já é bem diferente. A timidez de outrora quanto ao pleito de intervenção militar já não existe

³² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/31/protestos-brasilia-31-de-maio.htm>. Acesso em 13 nov. 2020.

e manifestações contra a Suprema Corte do país já são comuns em 2020. Oficiais do alto escalão militar e membros do Congresso Nacional eleitos pelo povo também se sentem à vontade para expor opiniões que até pouco tempo seriam vistas como antidemocráticas.

Falando propriamente dos comentários extraídos do *Facebook*, verifica-se que são mais engatilhados por notícias contendo qualquer menção a ditadura militar ou intervenção militar. Entretanto, mesmo em notícias em que esses dois termos não aparecem, é possível ver comentários com afirmações como de que os militares poderiam combater a corrupção caso voltassem ao poder. Os comentários mais curtidos/amados são àqueles que mencionam benesses da ditadura militar ou afirmam que os excessos do regime não alcançavam “pessoas de bem”. A maioria desses comentários são feitos por homens brancos e com posicionamento político oposto à esquerda. Todavia, é preciso destacar que, ainda que em algumas publicações os comentários negacionistas sejam elencados como os mais relevantes, não são maioria. Aliás, em diversas publicações é possível ver comentários ridicularizando os discursos negacionistas como os mais avaliados positivamente.

Em sendo assim, a análise proposta durante o capítulo anterior, e à qual se deu continuidade neste, revela que, em meio a um contexto socioeconômico de crise, os discursos negacionistas e odiosos para fins políticos estiveram em crescimento desde 2014 até 2020. É nesse sentido que tais discursos proferidos a partir de meios de comunicação virtual, seja na rede social escolhida para análise neste trabalho, seja em qualquer outra, devem ser observados com mais cuidado, uma vez que a literatura mostra que eles são capazes de se fortalecer, tomarem as ruas e ganhar espaços institucionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com o objetivo de responder o questionamento “em que tipo de cenário socioeconômico emerge o discurso revisionista histórico sobre a ditadura militar brasileira?”, o presente trabalho se organizou em dois capítulos. No primeiro deles, buscou-se descrever o discurso revisionista histórico sobre a ditadura militar brasileira entre 2014-2020 (período que compreende a queda de Dilma Rousseff e a ascensão de Jair Bolsonaro) a partir de amostras do *Facebook*. Enquanto no segundo foi exposto em que contexto socioeconômico emerge o discurso revisionista e como ele se relaciona com valores integralistas e do regime militar.

No primeiro capítulo, inicialmente, foram explicados os conceitos de revisionismo e negacionismo histórico e expostas as principais afirmações negacionistas e porque elas podem ser consideradas assim. Posteriormente, foi apontada a importância das redes sociais para a política partidária, as eleições de Barack Obama em 2008 nos EUA e a de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil foram apontadas como exemplos dessa importância.

Esses exemplos destacaram a necessidade de se realizar uma análise quanto às opiniões emitidas nessas redes e como elas podem refletir o entendimento da sociedade brasileira que passa mais de nove horas conectada, de acordo com relatório do We Are Social feito em 2018. Porém antes de se realizar propriamente a análise dos discursos no *Facebook*, foi sugerida uma análise sobre as inspirações dos negacionistas. Nesse sentido, foi exposta a relação de Miguel Reale com a legitimação do golpe de 1964, mas também com o integralismo de 1930. Esta análise revela que valores como espiritualidade cristã, pátria e família tão invocados atualmente, possuem bases ainda no movimento integralista e na ditadura militar.

A partir das ideias de Arendt, também foi descrito como a sociedade brasileira possuiu papel importante na legitimação de governos autoritários. O primeiro objetivo específico de descrever o discurso revisionista histórico sobre a ditadura foi cumprido, finalmente, quando foram expostos e comentados os discursos negacionistas no *Facebook*.

No segundo capítulo, buscou-se expor, *a priori*, como e por quê esses discursos negacionistas com valores da década de 1930 e 1964 sobreviveram até o ano de 2020. Assim, o trabalho se debruçou sobre os métodos de justiça transicional adotados pelo Brasil, sendo estes o da anistia recíproca e o da criação de comissão da verdade e

refletiu-se como esses métodos falharam não só no Brasil, como também na América Latina ao promover a reconciliação nacional, vez que os agentes do Estado que perpetraram violações aos direitos humanos não foram punidos e isso gera um conforto para que sujeitos que antes buscaram se distanciar do tema ditadura militar por pura conveniência, hoje não possuam receio de exaltar os feitos daquele período.

Adiante, foram identificadas como consequências dessa falha ao se alcançar a reconciliação nacional, além do próprio fortalecimento dos discursos negacionistas, a subida de tom no pronunciamento dos militares e a exaltação de temas antes considerados, quase que hegemonicamente, como abomináveis (é o caso da referência positiva do AI-5 por um membro do Congresso Nacional).

O segundo objetivo específico de discutir o revisionismo histórico a partir da sua inserção contextual socioeconômica foi cumprido ao se traçar o perfil dos brasileiros que promovem discursos revisionistas no *Facebook*, expor a atual conjuntura brasileira de crise socioeconômica e política e ao relacionar esses discursos negacionistas com pilares da direita reacionária quais sejam o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o “bolivarianismo” venezuelano.

O método de pesquisa, portanto, foi de revisão bibliográfica e análise de documentos a partir dos comentários coletados na rede social *Facebook*. A partir deles, foi possível constatar, primeiramente, que a aparência e inspirações do discurso negacionista são antigas, mas suas consequências para o debate político são bastante atuais.

Primeiramente, é preciso reconhecer que os discursos revisionistas/negacionistas sobre o que foi o período da ditadura militar, embora não pareçam encontrar apoio na maioria dos membros da sociedade brasileira, são fortes o suficiente para tomarem as ruas do país. Neste diapasão, a falta de punição aos militares torturadores cria um cenário de debate de ideologias quando na verdade deveria se criar uma memória hegemônica e um repúdio ao que foi o período militar e as violações perpetradas pelo Estado.

Desse cenário de debate de ideologias, surgem narrativas como a de que os militares são defensores do país, vez que supostamente teriam “defendido” o país da ameaça comunista em 1964 e agora poderiam ser a solução para salvar um país “assombrado” por crises de corrupção. Perpetuam-se narrativas como a de que apenas

criminosos foram perseguidos pelo regime e negações de práticas de tortura pelos agentes do Estado, de que tenha havido uma ditadura ou um golpe militar.

Para muitos, essas afirmações podem parecer inofensivas e sem poder algum, contudo, soam como música para aqueles que não possuem qualquer apreço pela democracia e/ou desejam a instauração de um novo regime autocrático no país. Uma afirmação dessas, há uma década, poderia soar como teoria de conspiração. Hoje, todavia, já podem ser observados grupos reacionários que elegem o Congresso Nacional e o STF como inimigos. Seria a nostalgia da época em que o poder discricionário do Poder Executivo era quase infinito?

Quais são as consequências desse cenário de acirramento político e negação de fatos antes consolidados? Temas como desmilitarização das polícias estaduais, algo recomendado pela CNV, são escanteados enquanto minorias são exterminadas. O genocídio da população negra e perseguição à população LGBTQI+ persistem (como o Atlas da Violência e o relatório do Grupo Gay da Bahia sugerem). Até que ponto direitos humanos podem ser relativizados em nome de um fundamentalismo religioso com raízes em períodos tão ultrapassados?

É desanimador ter que estabelecer um debate para defender assuntos já “superados” como o regime militar. Todavia, esse panorama de negações de evidências também se mostra como uma oportunidade para a sociedade brasileira discutir, refletir e enfrentar o tema da ditadura militar e não fugir dele como fez até então. A postura de fingir que nada aconteceu já está provada como equivocada e danosa, além de desrespeitar o direito à memória, que é um dos direitos humanos reconhecidos desde a Declaração Universal de 1948. Talvez seja chegada a hora de mudar essa abordagem e encarar a história.

REFERÊNCIAS

- ACUNÃ, C.; SMULOVITZ, C. **O ajuste das forças armadas a democracia: sucessos, fracassos e ambiguidades no Cone Sul**, in Elizabeth Jelin; Eric Hershberg (orgs.), *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na America Latina*. São Paulo: EDUSP, 35-69. nov. 2006.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>> Acesso em 25 nov. 2020.
- CARVALHO, A. G. P.; BENVINDO, J. Z. **Os “imperativos da revolução de março” e a fundamentação da ditadura**. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 113-145, mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000100113&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 10 out. 2020.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da CNV**. 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em 13 nov. 2020
- D'ARAUJO, M.C. **O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil**. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 573-597, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2020.
- DE PAULA, C. R. N.; VIEIRA, F. A. C. **A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 121, p. 123-146, maio 2020. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352020000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 ago. 2020
- DELGADO, L. A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, junho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso> Acesso em 29 ago. 2020.
- ECO, H. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FAGUNDES, P. E. **Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB)**. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200019&lng=en&nrm=iso> Acesso em 07 out. 2020.
- FAUSTO, B. **Bóris Fausto sobre o golpe de 64: “É impossível negar os fatos”**. [Entrevista concedida a] Thiago Domenici. Agência Pública, São Paulo, 29 mar. 2019.
- FONER, E. **Who Owns History?** New York: Hill and Wang, 2002.
- GALLEGO, E. S. (coord.). **O ódio como política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GARRETÓN, M. A. **Os direitos humanos nos processos de democratização**, in Elizabeth Jelin; Eric Hershberg (orgs.), *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 71-93, nov. 2006.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório Anual de Mortes LGBTI+ 2019**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>> Acesso em 25 nov. 2020.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2005. Tradução do original inglês *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Basil Blackwell, 1989.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus. 1986.

NAPOLITANO, M. **A batalha das memórias e o negacionismo das ditaduras e regimes militares na América Latina**. In: *NEGACIONISMOS e REVISIONISMOS: o conhecimento histórico sob ameaça*, 2019, São Paulo. Brasília: USP, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5eloB59T1_s&list=WL&index=158&t=2992s>. Acesso em 04 jun. 2020.

PACHECO, C. S. **O Protagonismo das Redes Sociais na Eleição de Bolsonaro à Presidência do Brasil em 2018**. 2019. 1º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios – Da Aldeia Global à Mobilidade, p.1-18, janeiro 2020. Disponível em: <<http://www.meistudies.org/index.php/cia/iac/paper/view/259>> Acesso em 09 nov. 2020.

PINTO, S. M.R. **Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro**. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2020.

REALE, M. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931-1937**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. 3.v.

REIS, D.A. **Ditadura, anistia e reconciliação**. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2020.

RODEGHERO, C. S. **Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria**. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 nov. 2020.

SOUTELO, L. C. **A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)**. 2009. 410f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2009.

VOLPATTI, L.; LIMA, F. M. **Um presidente eleito pelas redes sociais**. Congresso em Foco, Brasília, 04 nov. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opinioao/forum/um-presidente-eleito-pelas-redes-sociais/>> Acesso em 02 jul. 2020.

WE ARE SOCIAL. **Digital Report 2018**. Disponível em:
<<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em 27 set. 2020.

WE ARE SOCIAL. **Digital in 2020**. Disponível em:
<<https://wearesocial.com/digital-2020>> Acesso em 27 set. 2020.

RELATÓRIO ANTIPLÁGIO



CopySpider
<https://copyspider.com.br/>

Page 2 of 290

Relatório gerado por: gabrielv.jesus@ucsal.edu.br

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://www.escavador.com/sobre/499030/erica-rios-de-carvalho	72	0,43
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://docplayer.com.br/131696366-Paradoxos-dos-direitos-humanos-profa-me-erica-rios.html	49	0,31
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://scielo.org	38	0,24
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X http://noosfero.ucsal.br/erica.carvalho/blog/publicacoes-da-profa-erica-rios	23	0,18
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://www.worldcat.org/title/construindo-a-democracia-direitos-humanos-cidadania-e-sociedade-na-america-latina/oclc/145504719	23	0,17
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://profericarios.com	19	0,15
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://www.jota.info	11	0,08
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X http://noosfero.ucsal.br/erica.carvalho	5	0,04
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://www.stoodi.com.br/blog/dicas-rapidas/nesse-ou-neste	4	0,03
Gabriel Maltez 2020.2 - Versão Final.docx X https://br.linkedin.com/in/érica-rios		

- - Parece haver uma restrição de acesso para esse arquivo. HTTP response code: 999 - Server returned HTTP response code: 999 for URL: <https://br.linkedin.com/in/%C3%A9rica-rios>